Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

Anacronismos da dívida

Ao explicar a proposta de Lara Resende sobre a desindexação da dívida pública, Monica de Bolle lembrou que ela não se comporta como a de outros países que emitem títulos públicos em moeda própria. Por isso ela é anacrônica, como cita o artigo. "No Brasil, a nossa dívida pública não é passível de corrosão inflacionária, porque tem uma montanha indexada à Selic, porque tinha que proteger o credor da hiperinflação. Só que, hoje, isso não é mais necessário. Mas piora muito os nossos riscos, porque toda vez que a inflação sobe, em vez de isso corroer um pouco a dívida pública, aumenta a dívida pública, porque ela está indexada", afirmou. Vale lembrar que, em setembro, R$ 4,8 trilhões do total de títulos públicos da Dívida Pública Federal (DPF) — de R$ 9,8 trilhões — eram indexados à taxa Selic, conforme dados do Tesouro Nacional.

Risco do overnight

Uma das piores lembranças para o governo na época da hiperinflação era o overnight, pois a maior parte da dívida pública vencia em menos de um ano por conta da baixa credibilidade da capacidade do governo em honrar seus compromissos. Como a maior parte do endividamento federal é interno, a redução dos prazos e a indexação à taxa Selic não deixam de ser preocupantes, de acordo com Monica de Bolle em conversa com a coluna. "O país caminha para isso novamente, pois o credor está encurtando os prazos dos títulos públicos e esse mecanismo tem muita quebradeira envolvida", alertou. Conforme dados do Banco Central, R$ 5,5 trilhões dos R$ 9,8 trilhões da dívida líquida interna (ou seja, 56%) somados aos R$ 1,8 trilhão que vencem entre três e cinco anos, esse valor sobe para R$ 7,3 trilhões (73,4% do total).

Críticas de ortodoxos e heterodoxos

Nas redes sociais e no Substack, plataforma onde Lara Resende publicou o artigo, não faltam críticas à proposta. O economista desenvolvimentista e professor da Universidade de Brasília (UnB) José Luis Oreiro classificou a proposta de "voluntarismo ingênuo" por ignorar a assimetria da hierarquia internacional de moedas. Ele ainda considera "absolutamente impossível" realizar a proposta "sem deflagrar uma crise cambial de grandes proporções". Já a economista e ex-secretária do Tesouro Ana Paula Vescovi criticou o uso das reservas, considerado arriscado. "A proposta promete economizar juros. Falta demonstrar que essa economia não será paga com os dólares das reservas", escreveu.

Proposta de Lara Resende gera polêmica



Apesar de a questão fiscal não ser uma das prioridades do atual e do próximo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a proposta do economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real, gerou polêmica nos últimos dias, além de críticas até de economistas de tendências divergentes. Em artigo recente, defendeu a continuidade de reformas nas políticas monetária e fiscal previstas no Real e que não foram executadas. No texto "Eu acuso: uma proposta para eliminar os juros absurdos", publicado em 25 de setembro, o economista propõe uma nova meta fiscal e monetária. E, para iniciar esse novo regime, "o Banco Central anuncia redução gradual do juro básico, ao longo de cerca de 12 meses, para a taxa de crescimento nominal potencial mais um spread transitório de segurança de 2%, isto é, perto de 7,5% ao ano". Essa medida, segundo ele, representaria uma economia de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), que "não ocorreria imediatamente". Mas afetaria mais da metade da dívida pública. Ou seja, os títulos indexados à taxa básica da economia (Selic), as LFTs — o que foi interpretado por muitos críticos como um "tabelamento" dos juros e "queima das reservas internacionais" para segurar o dólar.

A economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics (PIIE), saiu em defesa de Lara Resende, pois trabalhou com ele na equipe que ajudou a construir o Real. Segundo ela, quem leu "não entendeu" a proposta dele. Na verdade, "está baseada na desindexação dos títulos públicos atrelados à Selic" — uma indexação que é indevida na dívida porque é "herança da hiperinflação". "As mesmas pessoas que criticam a desindexação da dívida defendida por André defendem a desindexação das aposentadorias e do salário mínimo", criticou.

Monica diz que a proposta de Lara Resende não é simples, mas está resgatando o que prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). "A sofisticação dessa proposta está se perdendo em um debate que apenas está vendo a superfície da discussão", lamentou, em conversa com a coluna.

Elogios de governistas

Lara Resende recebeu, porém, elogios de petistas ferrenhos, como a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) — ela disse que o artigo "é fundamental para entender a ofensiva terrorista sobre a política fiscal brasileira". Outro integrante da campanha de Lula, o economista José Sérgio Gabrielli, chegou a distribuir um texto de 11 páginas elogiando o artigo de Resende. "Merece atenção especial a proposta de André Lara Resende de criação de um mecanismo mais amplo do que o CMN (Conselho Monetário Nacional) para coordenar a política monetária e fiscal no Brasil. O pior dos mundos é a situação de conflito de objetivos entre as duas políticas no curto prazo", escreveu. "A política fiscal deve ser suficientemente flexível para se ajustar a um cenário de redução, bem como de crescimento da economia", acrescentou.

"Viva o equilíbrio fiscal!"

Nome petista mais cotado para ser o ministro da Fazenda do quarto mandato de Lula, com razoável aceitação no mercado financeiro, o matemático e governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles, aproveitou as redes sociais, ontem, para confirmar o atual secretário estadual de Fazenda, Emílio Joaquim de Oliveira Júnior. "O Piauí é o primeiro lugar do Brasil em taxa de investimentos públicos em relação a receita. Possui capacidade de pagamento B+ (segundo o Tesouro Nacional), despesa de pessoal controlada (38%). Um dos dois únicos estados do Brasil que não tem dívida junto ao governo federal. Temos taxa de endividamento total inferior à metade da taxa de endividamento de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais", escreveu. Fonteles termina o texto com a frase: "Viva o equilíbrio fiscal!" Uma fonte do governo disse que o presidente não fez convite a Fonteles e que o governador, apesar de negar a intenção de comandar o ministério, aguarda uma conversa com Lula sobre o assunto.

PODER

Direita dividida contra Alcolumbre

Bolsonaristas Rogério Marinho e Tereza Cristina não chegam a consenso e lançam candidaturas à presidência do Senado

» ARMANDO HOLANDA

A corrida pela presidência do Senado Federal abriu uma nova frente de disputa entre os partidos de oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com os olhos voltados para 2027, lideranças da direita e do centro-direita intensificaram as articulações para conquistar o comando da Casa e ampliar a influência sobre o próximo mandato do petista.

Entre os nomes colocados estão Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha presidencial derrotada de Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura de Jair Bolsonaro. Do outro lado, o atual presidente, Davi Alcolumbre (União-AP), trabalha para preservar sua base de sustentação e viabilizar a permanência no cargo.

A movimentação ocorre em meio à reorganização da oposição após a derrota de Flávio nas urnas e sua saída do Brasil rumo aos Estados Unidos. Sem uma liderança nacional capaz de unificar as diferentes correntes da direita, a disputa pelo Senado tornou-se mais um capítulo da queda de braço entre os grupos que pretendem assumir o protagonismo político a partir do próximo ano.

Entre os principais fatores em jogo, estão os pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), as indicações presidenciais à Corte e o andamento de propostas estratégicas para o Palácio do Planalto.

O Senado também é responsável por aprovar os nomes indicados pelo presidente da República para o STF. Os escolhidos passam por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e precisam obter o apoio da maioria absoluta dos senadores. O presidente da Casa exerce influência sobre o calendário e a tramitação das indicações. Para a oposição, conquistar o posto significaria ampliar a capacidade de articulação para dificultar a aprovação de nomes escolhidos por Lula.

Marinho tenta capitalizar a posição que ocupou na campanha de Flávio. Próximo à família Bolsonaro, o senador potiguar representa a ala mais identificada com o núcleo duro do PL e busca converter o protagonismo adquirido na disputa presidencial em força política no Congresso. Uma eventual candidatura, contudo, dependerá de uma costura que ultrapasse o bolsonarismo e alcance partidos do centro, tradicionalmente decisivos nas eleições internas do Legislativo.

Tereza Cristina, por sua vez, já admitiu publicamente as articulações. Uma vez abordada pelo **Correio** nos corredores do Senado, a parlamentar defendeu que "o Senado precisa de uma mulher presidente". Na ocasião, afirmou que "estou conversando com os pares" e classificou como "boa" a receptividade ao seu nome. A senadora também disse que mantinha diálogo com parlamentares eleitos e reeleitos.

Divergência

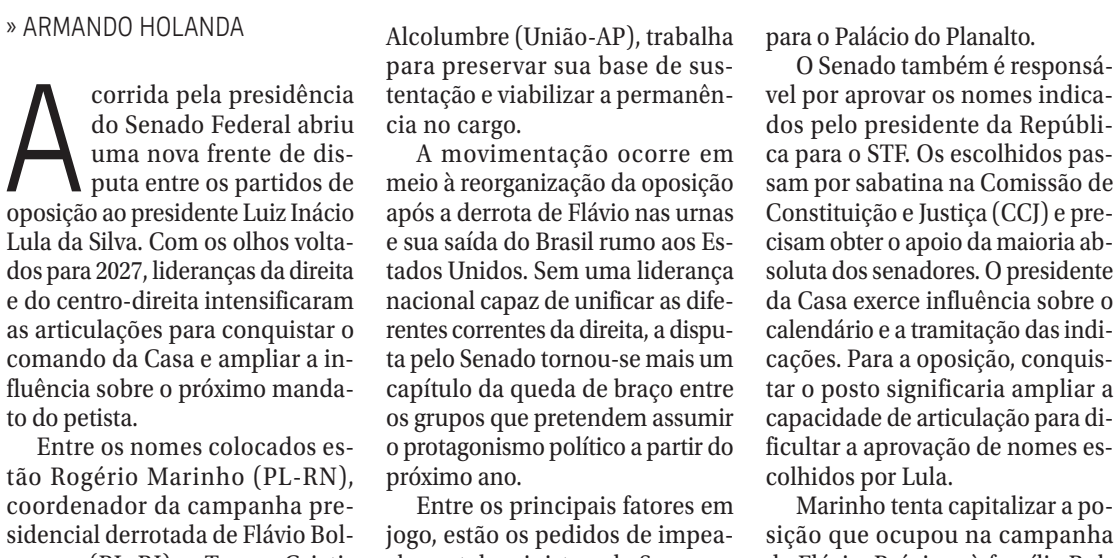
A disputa também representa um capítulo da reorganização da direita após o revés presidencial. Nesse cenário, Marinho busca representar a ala bolsonarista no Senado, enquanto Tereza Cristina tenta construir uma candidatura com interlocução entre setores do centro e do agronegócio.

Uma eventual convergência dependerá de negociações entre as bancadas e de compromissos sobre a condução dos trabalhos legislativos.

» Vorcaro aciona OEA

A defesa do banqueiro Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, recorreu à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), para denunciar o Estado brasileiro por supostas violações de direitos e tentar reverter a prisão preventiva do empresário. No documento, os advogados citam crise no STF e argumentam que a manutenção da prisão sem revisão periódica viola garantias processuais. Também questionam o vazamento de conversas íntimas encontradas no celular do empresário e dizem que parte do conteúdo extraído foi alterado.

Reprodução/Redes Sociais



Janones pretende contribuir para uma candidatura de esquerda contra Javier Milei na eleição 2027

Janones visita Cristina Kirchner

» ALÍCIA BERNARDES

O deputado federal André Janones (Rede-MG) se reuniu, ontem, com a ex-presidente da Argentina Cristina Kirchner, em Buenos Aires. A conversa ocorreu no apartamento onde a ex-chefe de Estado cumpre prisão domiciliar, após ser condenada a seis anos de detenção por corrupção em um processo envolvendo a licitação de obras rodoviárias. A agenda faz parte de uma articulação política com lideranças da oposição ao presidente argentino Javier Milei.

Janones esteve acompanhado do marqueteiro Rafael Marroquim e do diretor de cinema Chico Kertész. Os dois profissionais participaram da campanha que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022. O grupo levou à Argentina a experiência da disputa eleitoral brasileira, com foco nas estratégias de comunicação e mobilização digital utilizadas para impulsionar a candidatura petista.

Mais cedo, os brasileiros se reuniram com o ex-candidato à Presidência Sergio Massa. O argentino trabalha na construção de uma frente política contra Milei para as eleições de 2027. A proposta é articular diferentes setores da oposição para formar uma alternativa ao atual governo. O encontro com as lideranças argentinas sinaliza uma aproximação entre integrantes da esquerda brasileira e nomes que buscam reorganizar o campo oposicionista no país vizinho.

Janones teve papel de destaque na campanha de Lula ao criar o chamado "Exército do Lula", canal digital utilizado para ampliar a mobilização de apoiadores e a circulação de conteúdos favoráveis ao petista durante a disputa eleitoral. Após a vitória, o presidente agradeceu publicamente ao deputado e o chamou de "general", em referência à atuação na mobilização da militância, especialmente no segundo turno.

A relação entre Lula e Cristina Kirchner também é marcada pela proximidade política. Em julho de 2025, durante viagem à Argentina para participar de uma cúpula do Mercosul, o presidente brasileiro visitou a ex-presidente em seu apartamento e manifestou solidariedade diante da condenação. Nas redes sociais, desejou força à aliada e afirmou que ela deveria seguir firme na luta por justiça. A reunião desta segunda-feira amplia o diálogo entre os grupos políticos dos dois países em meio à preparação para a próxima disputa presidencial argentina.